ESTUDO VISUAL • 2026

A MOEDA QUE FICA

Moedas sociais, desenvolvimento e soberania econômica brasileira

PL 4476/2023 • Banco Palmas • Experiências do Brasil

REYNALDO ARAGON



O dinheiro também pode desenvolver o lugar onde circula

Uma moeda social é um instrumento. A transformação vem da comunidade, da produção e das regras que organizam a economia.

Não é criar riqueza por decreto.

É dar direção social a recursos, compras e crédito que já existem.



IDEIA-CENTRAL

O bairro recebe renda — mas nem sempre retém oportunidades

Quando salários e benefícios são gastos fora, parte da demanda deixa de fortalecer negócios e fornecedores locais.

01

RENDA CHEGA

salários, transferências, vendas

→

02

COMPRA ACONTECE

bens, alimentos, serviços

→

03

O VALOR PODE SAIR

fornecedores de fora, plataformas, taxas

A alternativa: conectar consumo, pequenos negócios e produção do próprio território.

O que é moeda social?

Um instrumento de pagamento com regras de uso comunitário ou territorial — complementar ao real.

01

COMPLEMENTAR

Não substitui o real nem tem curso forçado.

02

TERRITORIAL

Pode orientar compras e trocas numa rede de aceitação definida.

03

COMUNITÁRIA

Sua força depende de confiança, governança e empresas participantes.

Moeda social não é sinônimo de banco comunitário, Pix ou criptomoeda.

Do recurso ao circuito econômico local

Exemplo didático de uma moeda social lastreada, com adesão de consumidores e comerciantes.

1

RECURSO

Renda ou crédito viabiliza poder de compra

→

2

CARTEIRA

Pessoa recebe moeda social

→

3

COMPRA

Comerciante aceita o pagamento

→

4

CIRCULA

Negócio contrata serviço ou fornecedor

→

5

PRODUZ

Rede local gera novas oportunidades

Quanto maior a oferta local, maior a chance de a renda continuar gerando negócios.

Moeda social não é moeda nacional paralela

Complementaridade dá liberdade de escolha. Substituição monetária não faz parte do projeto analisado.

SIM

Circuito complementar

Circulação territorial, integração com o real, governança local e meios de pagamento próprios.

NÃO

Substituta do real

Não emite moeda nacional, não elimina a política monetária e não cria riqueza automaticamente.

Três potenciais econômicos — se o desenho funcionar

Não são promessas automáticas. São canais que podem ser fortalecidos por política pública e organização produtiva.

01

RENDA

Consumo acessível e melhor conexão entre famílias e comércio.

02

PRODUÇÃO

Pequenos negócios e fornecedores ganham oportunidade de venda.

03

RESILIÊNCIA

Mais opções institucionais para comunidades e empreendimentos.

Banco Palmas: a economia começa pela comunidade

Conjunto Palmeiras, Fortaleza • criado em 1998 por organização de moradores

1998

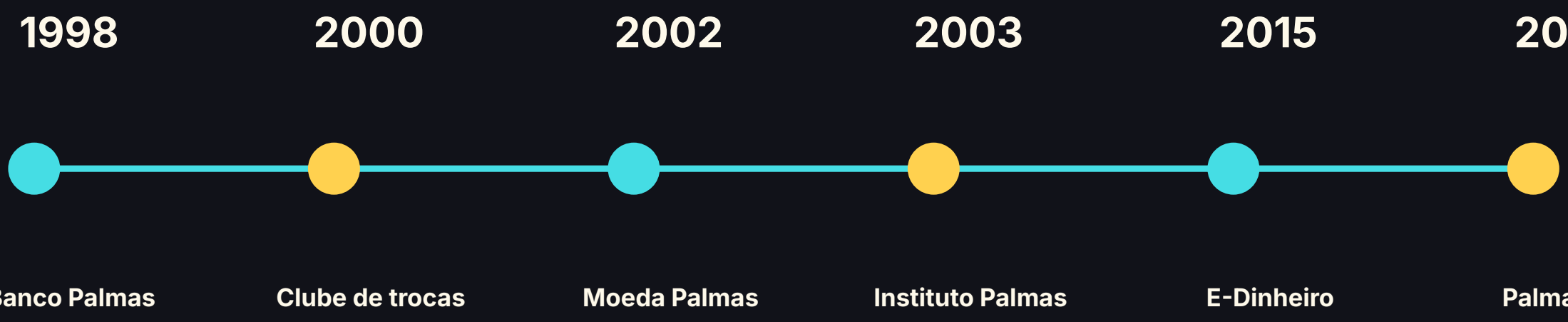
Uma resposta à exclusão financeira e ao escoamento da renda do bairro.



ILUSTRAÇÃO ORIGINAL

De moeda em papel a infraestrutura social

O Banco Palmas evoluiu mantendo a questão central: como a economia serve aos moradores?



Marcos históricos — não representam que todas as iniciativas estavam plenamente consolidadas em cada data.

O banco é muito mais do que uma carteira digital

Seu legado integra finanças, organização produtiva e democracia comunitária.

CRÉDITO

Linhas para pessoas e negócios

CONSUMO

Incentivos a compras no território

PRODUÇÃO

Apoio a empreendimentos locais

GOVERNANÇA

Participação e confiança social

Digitalizar não basta: é preciso democratizar

Pesquisa acadêmica reconhece ganhos operacionais e alerta para o risco de afastamento da gestão comunitária.

EFICIÊNCIA

Pagamentos, escala, prestação de contas

\+

CONTROLE SOCIAL

Participação, autonomia e transparência

A pergunta é política e técnica: quem decide as regras, os dados e o destino do valor?

PalmaSolar: energia como economia comunitária

Segundo o projeto, usinas coletivas conectam redução de gastos, crédito e circulação local.



03 usinas informadas como operantes

50 famílias previstas por usina 1 e 2

REDE energia, crédito e comércio local

Não confundir metas e projeções do empreendimento com impacto auditado.

Uma rede comunitária com escala nacional

A RBBCD informa 182 bancos associados; o cadastro é diferente de censo de unidades operantes.

182

bancos associados segundo informações da rede

22	estados
90	municípios

Referências de escala fornecidas pela rede; não equivalem à verificação individual de atividade.

Nordeste lidera o cadastro territorial analisado

Distribuição de 161 registros com região identificada na planilha unificada. Outros 22 estão sem localização.



Amostra de cadastro, não total oficial de bancos ativos. Duplicatas e atualização precisam de validação.

Ceará: um laboratório histórico de finanças populares

No cadastro examinado, o Ceará reúne 38 registros; o Nordeste, 69. Os números não são censo atual de ativos.

38

REGISTROS NO CEARÁ

Banco Palmas é a referência histórica que ajudou a espalhar a metodologia.

69

REGISTROS NO NORDESTE

Há forte presença histórica de iniciativas em bairros populares e cidades pequenas.

O que interessa não é só contar bancos: é avaliar suas condições de funcionamento e impacto.

Moedas sociais não são uma experiência única

Existem desenhos comunitários, municipais, de renda e de incentivo ambiental.

FORTALEZA · CE

PALMAS

Organização comunitária
e crédito produtivo

SÃO JOÃO DO ARRAIAL · PI

COCAL

Banco dos Cocais
e articulação local

MARICÁ · RJ

MUMBUCA

Transferência de renda
e aceitação comercial

NITERÓI · RJ

ARARIBOIA

Política municipal
e circulação territorial

Mumbuca, em Maricá: transferência de renda e circuito local

Mais de 71 mil beneficiários informados pela prefeitura em dezembro de 2025.

71 mil+

BENEFICIÁRIOS

O município direciona parte da renda transferida a estabelecimentos habilitados no próprio território.



Beneficiário ≠ conta ativa ≠ transação.

3,4 milhões de transações sob investigação científica

Pesquisa de 2026 analisou pagamentos Mumbuca de julho de 2022 a junho de 2023.

3,4 mi+

TRANSAÇÕES ANALISADAS

2,10

ÍNDICE LM3 ESTIMADO

LM3 mede ondas de circulação, não aumento automático de PIB ou riqueza líquida.

Circular mais não é suficiente. É preciso distribuir melhor.

No estudo da Mumbuca, os 20% maiores comerciantes receberam 82,4% do valor gasto na rede.



82,4%

do valor recebido pelos 20% maiores comerciantes

17,6%

para os demais 80% dos estabelecimentos

Consequência: incentivar fornecedores locais e pequenos negócios é parte indispensável do desenho.

98 prefeitos eleitos propuseram moedas municipais em 2024

Pesquisa FGV/UFRJ identificou propostas eleitorais — não a implementação efetiva delas.



Os três casos híbridos entram nas duas categorias; 61 + 40 − 3 = 98.

Sudeste e Nordeste lideram programas eleitorais de moedas sociais

Distribuição regional das 61 propostas identificadas por Lorenzo e colegas (2026).



A presença em plataformas de governo mostra difusão da ideia, não desempenho de programas.

O que significa soberania econômica territorial?

É aumentar a capacidade de decidir sobre crédito, circulação e produção — sem prometer independência monetária absoluta.

1

CAPACIDADE

Organizar recursos e tomar decisões.

2

PRODUÇÃO

Criar fornecedores, trabalho e valor.

3

DIREITOS

Regras de proteção, inclusão e transparência.

Muitos circuitos locais. Uma estratégia brasileira.

Proposta de desenho institucional — não descrição literal do que o PL já oferece.

01

BANCOS COMUNITÁRIOS

Governança e presença territorial

+

02

CIRCUITOS DE MOEDAS

Lastro, proteção e aceitação

+

03

PRODUÇÃO & CRÉDITO

Agricultura, comércio, serviços

+

04

ARTICULAÇÃO PÚBLICA

Fomento legal, transparência e avaliação

A coordenação deve preservar a autonomia dos territórios e as competências legais do Estado.

A circulação só vira desenvolvimento com oferta local

O dinheiro não planta, não fabrica nem transporta sozinho: precisa encontrar trabalhadores, produtores e negócios.

AGRICULTURA

Alimentos e compras locais

OFÍCIOS

Pequenas indústrias e serviços

CUIDADO

Economia do trabalho e da vida

ENERGIA

Projetos comunitários sustentáveis

Banco Palmas e Mumbuca não são cópias um do outro

Comparar modelos distintos revela como a política nacional deve comportar diversidade.

BANCO PALMAS

Origem comunitária e metodologias de finanças solidárias.

LIÇÃO: governança territorial

MUMBUCA

Escala municipal de transferências e ampla rede de pagamentos.

LIÇÃO: financiamento e escala

PL 4476/2023: aprovado em duas comissões, ainda sem conclusão

Na ficha oficial consultada em 4/11/2026, o texto aparece pronto para pauta na CCJC.

2023
APRESENTAÇÃO
Caio Vianna

→

2023
CDE
Parecer aprovado

→

2025
CFT
Substitutivo aprovado

→

2026
CCJC
Pronto para pauta

Pronto para pauta ≠ aprovado na Câmara ≠ lei em vigor.

O substitutivo contém garantias relevantes

Reconhecimento, lastro e proteção dos usuários podem dar previsibilidade ao setor.

RECONHECIMENTO

Define moeda social e instituição emissora.

LASTRO 1:1

Paridade com reais e requisitos de custódia.

PROTEÇÃO

Regras para transparência, fraudes e responsabilização.

CUSTO

Teto de 3% para a taxa de aceitação comercial.

São disposições do substitutivo — o texto ainda pode mudar durante a tramitação.

Quatro pontos exigem debate antes da aprovação final

A defesa das moedas sociais é mais robusta quando identifica também possíveis entraves à escala.

ART. 4º

Formato exclusivamente eletrônico

ART. 10

Teto de 5.000 contas ativas

ART. 17

Contratação pública só nas exceções legais

ART. 2º

Relação com regime de pagamentos do BCB

O caminho é reconhecer e aperfeiçoar — com segurança jurídica, escala e autonomia comunitária.

Cinco requisitos para uma regulamentação duradoura

Agenda propositiva de aperfeiçoamento — sem antecipar posições que ainda dependem do Congresso.

01	**PRESERVAR LASTRO**	Proteção patrimonial e regras claras.
02	**PERMITIR ESCALA**	Limites proporcionais ao risco e ao porte.
03	**INCLUIR TODOS**	Acesso para territórios pouco conectados.
04	**ASSEGURAR AUTONOMIA**	Governança democrática e dados protegidos.
05	**ARTICULAR POLÍTICAS**	Cooperação pública em conformidade legal.

CONCLUSÃO

A MOEDA QUE FICA

É hora de reconhecer e fortalecer.

O PL 4476 precisa avançar com garantias de escala, inclusão e autonomia. Conheça o texto, participe do debate público e cobre uma votação responsável.

Reynaldo Aragon

